

ETNOGRAFIA DE UM COLETIVO VOLTADO À GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES CIS E TRANSGÊNERO NA CRACOLÂNDIA

ETHNOGRAPHY OF A COLLECTIVE FOCUSED ON GENERATING INCOME FOR
CIS AND TRANSGENDER WOMEN IN CRACOLÂNDIA

ETNOGRAFÍA DE UN COLECTIVO CENTRADO EN LA GENERACIÓN DE
INGRESOS PARA MUJERES CIS Y TRANSGÉNERO EN CRACOLÂNDIA

Ygor Diego Delgado Alves

Universidade Federal de São Paulo. antropologiaygor@yahoo.com.br

Pedro Paulo Gomes Pereira

Universidade Federal de São Paulo. pedropaulopereira@hotmail.com

Recibido: 29/4/2022 | Aceptado: 13/9/2022

Resumo

Objetivo: o artigo tem por objetivo verificar a influência da participação de mulheres cis e transgênero no Coletivo Tem Sentimento (CTS), voltado à geração de renda, sobre seu consumo de crack. Metodologia: empreendemos uma pesquisa de tipo etnográfico em que pelo período de um mês estivemos convivendo diariamente com as mulheres do CTS. Resultados: pudemos verificar a complexidade do trabalho na oficina de costura, as conexões do Coletivo naquele território e o cotidiano vivido por aquelas mulheres, estruturado em torno de atividades rotineiras e distante do consumo de álcool e crack. O CTS promove um ambiente com valores compartilhados como a assiduidade e o bom convívio, que exercem sanção no sentido de impedir que as mulheres que dele participam façam uso de drogas. Conclusão: participar do CTS pode ter influência positiva no controle do uso de crack e álcool, fazendo com que esse uso possa ser enquadrado em momentos que não atrapalhem a presença no Coletivo, como nos finais de semana.

Palavras-chave: mulher; crack; travesti; Cracolândia; trabalho

Abstract

Objective: The article aims to verify the influence of the participation of cis and transgender women in the Has Feeling Collective (HFC), aimed at income generation, on their crack consumption. Methodology: we undertook an ethnographic type of research in which for a period of one month we were living daily with the women of the HFC. Results: we were able to verify the complexity of the work in the sewing workshop, the connections of the Collective in that territory and the daily life lived by those women, structured around routine activities and distant from the consumption of alcohol and crack. The HFC promotes an environment with shared values such as assiduity and good coexistence, which exercise sanctions in order to prevent the women who participate in it from using drugs. Conclusion: participating in the CTS can have a positive influence on the control of crack and alcohol use, allowing this use to be framed in moments that do not interfere with the presence in the Collective, such as on weekends.

Keywords: woman; crack; transvestite; Cracolândia, labor

Resumen

Objetivo: El artículo tiene como objetivo verificar la influencia de la participación de mujeres cis y transgénero en el Colectivo Tiene Sentimiento (CTS), destinados a la generación de ingresos, en su consumo de crack. Metodología: se realizó una investigación de tipo etnográfica en la que durante un mes estuvimos conviviendo diariamente con las mujeres de la CTS. Resultados: pudimos constatar la complejidad del trabajo en el taller de costura, las conexiones del Colectivo en ese territorio y el cotidiano vivido por aquellas mujeres, estructurado en torno a actividades rutinarias y alejadas del consumo de alcohol y crack. La CTS promueve un ambiente con valores compartidos como la asiduidad y la buena convivencia, que ejercen sanciones a fin de evitar que las mujeres que participan en él consuman drogas. Conclusión: la participación en el CTS puede influir positivamente en el control del uso de crack y alcohol, permitiendo enmarcar ese uso en momentos que no interfieren con la presencia en el Colectivo, como los fines de semana.

Palabras clave: mujer; crack; travesti; Cracolândia; trabajo

Introdução

O artigo trata do Coletivo Tem Sentimento (doravante CTS), voltado a geração de renda e autocuidado (Lima, 2021) através do exercício da costura para mulheres cis e transgênero, em situação de vulnerabilidade, da Cracolândia paulistana. A pesquisa foi realizada como parte das investigações que os autores vêm desenvolvendo nessa região nos últimos 10 anos. A escolha do trabalho desenvolvido no CTS como objeto de nossa investigação se deu por este localizar-se na Cracolândia, o que faz com que importante parcela das mulheres que participam do coletivo seja ou tenha sido usuária de crack; e que parte dessas mulheres tenha sido ou seja moradora em situação de rua na região. Ao perceber essas características, vimos que acompanhar o cotidiano de mulheres cis e transgênero usuárias ou ex-usuárias de crack e que estão ou passaram pela situação de rua nos permitiria observar o quanto uma iniciativa voltada ao trabalho para geração de renda teria influência sobre o consumo de drogas entre esse público.

Frúgoli Jr e Cavalcanti (2013) observam que a Cracolândia seria um território em disputa no contexto de uma grande intervenção urbana, o que geraria conflitos, mas também conexões com outros espaços. Na mesma linha, Rui (2014) nota que, embora se trate de uma territorialidade considerada como local perigoso e que se deva evitar, a Cracolândia exerce grande atração e não se encontra isolada do restante do bairro da Luz. Seus moradores e frequentadores que consomem crack circulariam por diferentes instituições instaladas no território, mas teriam, para Fromm (2017), suas próprias estratégias cotidianas de sobrevivência. O que tornaria esse espaço habitável, para Alves e Pereira (2021), seriam as relações estabelecidas entre pessoas, e entre materiais em movimento, que demandariam dessas pessoas um esforço incessante para manterem as coisas íntegras no interior do “fluxo”, nome dado à porção mais concentrada de usuários de crack no interior da Cracolândia. Por outro lado, os movimentos produzidos pela ação do Estado se perderiam no interior do que Nasser (2018) chama de labirintos, uma sequência de percursos institucionais ineficazes para as pessoas que usam crack e demandam por serviços públicos.

Consideramos importante observar que a maioria de nossas interlocutoras transgênero se identifica como travesti; e que estudar as possibilidades de reduzir o consumo de crack nessas pessoas, tanto quanto entre mulheres cisgênero, se justifica por haver literatura indicando que o consumo de drogas pode estar ligado a atividades com consequências prejudiciais aos dois perfis.

O envolvimento de mulheres cisgênero com o tráfico de drogas e conflitos com a Justiça provocado pelo uso do crack está relatado em Marangoni e Oliveira (2012). Em Garcia (2008) o abuso de drogas chegou a ser registrado como motivo para execução atividades ilegais por parte

de travestis; e o crack foi apontado como droga ilícita não-injetável mais utilizada por travestis na cidade paulista de Ribeirão Preto (Passos e Figueiredo, 2004). As travestis pesquisadas por Garcia (2007) foram unânimes em relacionar a disseminação do crack em São Paulo, nos anos 90, com o aumento da violência contra clientes; além disso afirmaram utilizar quase a totalidade do dinheiro obtido na atividade de prostituição na manutenção do uso da droga. O envolvimento com o consumo e o tráfico do crack pode também advir da própria dinâmica imposta pela ilicitude da droga. Com a repressão policial à venda e uso, os hotéis evitam a entrada de pessoas desacompanhadas, que possivelmente iriam apenas valer-se do quarto por curto período para consumir drogas. Isto leva a procura por travestis como acompanhantes para possibilitar o ingresso nestes estabelecimentos. O que induz muitos a iniciar, desta maneira, o consumo e, por vezes, a atividade de comercializar crack (Garcia, 2007).

O consumo do crack aparece em Amorim, Vieira e Brancaloni (2013) como motivado pela baixa autoestima e desvalorização imposta as travestis. Malheiro (2019) ainda observa o quanto problemas com autoestima podem estar ligados ao abuso do crack entre mulheres cisgênero. O consumo do crack também esteve ligado, no Distrito Federal, ao aumento de situações de mendicância e de moradia na rua; onde uma travesti declarou em De Souza (2010, p. 3), sobre a chegada destas pessoas na rua, que “tudo aquilo que elas ganham durante a noite elas consomem com a droga. Ficam sem dinheiro para o aluguel, daí o dono despeja [...]”. De Souza, Signorelli, Martin e Pereira (2014) observam que, no município de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, existem regras quanto ao consumo do crack nas pensões frequentadas por travestis. Os conflitos no núcleo familiar e a violência doméstica também se fazem presentes entre mulheres cisgênero usuárias de crack, e foram relatados por Marangoni e De Oliveira (2012). Malheiro (2019) relatou a importância do estigma em torno das mulheres em situação de rua e usuárias de crack na cidade de Salvador, Bahia.

Para Antunes (2011) as travestis buscam habitar espaços onde são aceitas, após expulsão da família e de sofrerem intenso preconceito; e suas condições de moradia estão intimamente ligadas a sofisticação e adequação de seus corpos aos padrões de beleza, que possibilita maiores ganhos no mercado do sexo. O uso da droga prejudica, aparentemente por uma questão estética, a obtenção de clientes para as que trabalham como profissionais do sexo; e a falta de recursos para aquisição do crack acaba por gerar problemas com roubos. Isto coloca o cuidado com o corpo, de um ponto de vista estético, no centro das preocupações.

Com a estética em primeiro plano pode-se, por hipótese, melhor compreender os equívocos verificados entre este público quanto às formas de transmissão do HIV/AIDS (Ferreira Jr, Francisco e Nogueira, 2016). O conhecimento das formas de transmissão, ao não influir de imediato sobre um modo de vida organizado, em muitos casos, em torno da prostituição e

do consumo de crack, acabaria, possivelmente, por ser negligenciado frente as preocupações imediatas com a aparência e o corpo. Pesquisa com mulheres cisgênero usuárias de crack (Medeiros, Maciel, Sousa e Vieira, 2015) apontou que a droga é considerada pelas usuárias como elemento desagregador, responsável por causar abandono ou afastamento das funções femininas. Silva (2000) observa que as mulheres que consumiam crack e se prostituíam na região da Luz, próxima a Cracolândia, costumavam cobrar menos pelos programas que as não usuárias; além de se exporem mais as DSTs/AIDS pela situação de pobreza e crenças do que seja ser saudável.

Não existem muitos estudos publicados que tratem do CTS. Lima (2021) utilizou o CTS como ponto de acesso ao campo na Cracolândia e percebeu que entre as mulheres cis e transgênero que o frequentavam havia agências para satisfazer desejos, enfrentar adversidades e elaborar vivências. Alves e Pereira (2020) se valeram do referencial teórico proporcionado pelas ideias de Achille Mbembe para concluir que os usuários de crack, marcados pela necropolítica, mas com apoio de militantes de diversas entidades e coletivos, como o CTS, negam o necropoder; com táticas de contenção da letalidade materializadas em oficinas de autocuidado, distribuição de alimentos e iniciativas de ajuda mútua. Alves, Pereira e de Freitas Silva (2020) ressaltam a existência de uma disposição entre consumidores de crack para prevenirem riscos relacionados ao consumo da droga, que pôde ser agenciada, no contexto da Covid-19, por ativistas e profissionais engajados na defesa da saúde dessas pessoas, entre os quais se inclui o CTS, com a distribuição de kits de higiene, concomitante a entrega de refeições e vestimentas. Jacopini (2021) também resalta o trabalho realizado durante a pandemia, como a distribuição de marmitas, a horta sustentável e a geração de renda através da produção de vestimenta. A distribuição de alimentos pelo CTS também é relatada por Nogueira (2021), que destaca a importância da confecção e distribuição de máscaras pelas mulheres, no contexto da COVID. A promoção da autoestima e autonomia das mulheres através de encontros produtivos, que geraria “uma noção de pertencimento e afeto fora do “fluxo””, é ponto central na análise de Ramos (2020, p. 137) sobre o CTS. A autora também destaca a distribuição de peças íntimas e de máscaras no contexto pandêmico, que seriam “costuradas pelas mulheres do território, para a população do território”. A importância dessa produção também está presente em Martins (2021). O processo de criação do CTS pela assistente social Carmen Lopes é descrito em Carnevale (2021, pp. 162-163), a assistente social é mostrada como uma trabalhadora da Luz “sempre cercada de usuários e pessoas em condições de extrema vulnerabilidade”. O autor também se refere aos jantares românticos organizados pelo CTS “por conta do dia dos namorados, no Teatro do Faroeste”.

Sabemos então que o consumo do crack entre travestis e mulheres cisgênero pode: ser motivado pela baixa autoestima e desvalorização; provocar o aumento de situações de

mendicância e de moradia na rua; prejudicar a obtenção de clientes, no caso das que recorrem a prostituição; aumentar a exposição às DSTs/AIDS; e gerar problemas com roubos e tráfico de drogas. Almeida, Santos, Brito, Silva e Nappo (2018) observaram em pesquisa sobre aspectos relacionados ao sucesso do tratamento da dependência do crack na visão dos usuários, a importância da oferta de um espaço protegido da droga e da qualificação profissional atrelada com a inserção no mercado de trabalho. Uma travesti entrevistada nessa pesquisa declarou que desejava em seu tratamento: “Mais atividade né, [...] tipo profissionalizante, que mexesse mais com motivação da gente sair... se a gente fizesse um cursinho, de qualquer coisa, um artesanato, uma coisa ou outra, ajudaria, saísse encaminhado pra um emprego”. Nessa afirmação estão presentes dois aspectos relevantes para o CTS: atividade laboral e formação profissional.

Vimos que não existe até o momento da elaboração deste artigo nenhum trabalho publicado dedicado exclusivamente ao CTS, mas pesquisas que o citam como parte de um interesse maior por algum aspecto da Cracolândia; sejam as mulheres usuárias de crack, a produção artística local, a resistência durante a pandemia ou os múltiplos coletivos e iniciativas ali presentes. Por ser fruto de uma pesquisa etnográfica dedicada exclusivamente a conviver com aquelas mulheres cis e transgênero, agrupadas em torno de uma iniciativa dedicada ao trabalho com produção de vestuário, acreditamos poder trazer alguma contribuição original sobre o papel de um coletivo com essas características, principalmente a da geração de renda, na relação dessas pessoas com o consumo do crack.

Nosso artigo procurará verificar a influência da participação de mulheres cis e transgênero no CTS sobre seu consumo de crack.

Metodologia

Este artigo é fruto de uma etnografia realizada no CTS, em que convivemos com as mulheres cis e transgênero em situação de vulnerabilidade social, com inserção diária no campo pelo período de um mês, em junho de 2021. O CTS se localiza no bairro de Santa Efigênia na região paulistana antigamente conhecida como Boca do Lixo e desde meados dos anos 1990 chamada de Cracolândia.

O pesquisador e primeiro autor desse artigo pôde aproximar-se do campo por conhecer previamente a assistente social Carmen Lopes, ou Dona Carmen como é comumente chamada, responsável pelo CTS; assim foi possível ter amplo acesso as atividades e ao convívio diário no Coletivo, porém um procedimento precisou ser adotado. Para conseguir permanecer no campo e minimizar um pouco o desconforto causado pela presença do etnógrafo, propusemos

à assistente social responsável que trabalhássemos durante nossa pesquisa; e sugerimos o desempenho de atividades braçais como carregar caixas de tecido, o que foi prontamente aceito. No decorrer dos dias passamos a desempenhar outras tarefas como a de distribuir as marmitas, outra atividade desempenhada pelo coletivo, em convênio com a prefeitura, além da costura. Após duas semanas de inserção no campo éramos a pessoa responsável por receber as 400 marmitas diárias e organizar a distribuição, o que também incluía trabalho braçal no manejo dos conjuntos com dezenas de embalagens entregues pelos fornecedores.

No entanto, passamos a ser a única presença masculina cisgênero em tempo integral naquele local, o que trouxe alguma preocupação quanto a segurança de nossas interlocutoras, principalmente uma mulher cisgênero casada e vítima de agressão constante por parte do marido. A presença do corpo do antropólogo naquele espaço e em interação com aquelas mulheres poderia causar alguma desconfiança por parte do marido. Como forma de tentar driblar o problema passou-se a tratar o pesquisador como uma “maricona”, termo pejorativo utilizado pelas travestis para referirem-se aos seus clientes; e a qualquer um que perguntasse sobre aquela presença masculina seria informado tratar-se de homem gay. Essas questões serão tratadas em um artigo específico sobre o corpo do antropólogo nesta pesquisa etnográfica.

No decorrer da etnografia tivemos contato diário com 12 mulheres em situação de vulnerabilidade, 3 cisgênero e 9 transgênero, além das outras quatro mulheres que compunham o corpo técnico e diretivo do Coletivo durante aquele período. Foi possível ter interlocução com todas essas mulheres, compartilhar momentos de trabalho e lazer, gravar conversas, tirar fotografias e filmar. Fizemos entrevistas semiestruturadas com 9 delas, 3 técnicas e 6 mulheres em situação de vulnerabilidade, 2 cisgênero e 4 transgênero. As entrevistas foram transcritas e juntamente com o caderno de campo, as fotografias feitas com o uso do telefone celular e as filmagens compõe o material cuja análise dá base a este artigo.

Ao conviver com essas mulheres buscamos, com Lofland e Lofland (1995): 1) os significados, as categorias linguísticas utilizadas pelas mulheres para se referir a vida social, como definições e estereótipos; 2) as práticas, atividades contínuas ou rotineiras, os procedimentos; 3) os episódios, que contrastam com a rotina, eventos marcantes; 4) os encontros, como as reuniões da equipe técnica com as mulheres vulneráveis; 5) os papéis, que permitam tipificar as pessoas; 6) as relações, de tipo íntima, maternal ou amigável; 7) o CTS como organização, os mecanismos de controle, hierarquização, seus rituais e valores; e 8) estilos de vida, comportamento adaptativo comum a uma situação similar. Para Grinnell (1997) uma observação de campo deve identificar problemas e gerar hipóteses para futuros estudos, esforço que nos dispusemos a empreender. Além disso, recomenda a atenção aos detalhes, pois tudo pode ser relevante: o clima físico, as cores, odores, espaços e a linguagem não verbal.

Após o término da fase de pesquisa de campo passamos a revisar o material produzido e concluímos estar de acordo com os objetivos da pesquisa. Os materiais foram inicialmente organizados cronologicamente, do primeiro ao último dia da etnografia; e posteriormente os separamos por algumas unidades de análise: 1) a convivência diária (chegada/café/início do trabalho/preparação para boca de rango/volta ao trabalho/despida); 2) as relações sociais em torno da oficina de costura: divisão do trabalho, relações de trabalho, relações com as máquinas (aprendizado, conserto), resolução de conflitos; 3) os diferentes processos de produção envolvidos nos produtos fabricados pelo coletivo (moletons, roupas transformadas, sacolas, máscaras para COVID, sacos de dormir); 4) as relações com o ambiente da Cracolândia; e 5) a participação no Coletivo e o consumo do crack. Finalmente, o material também foi dividido pelo perfil das participantes: mulher transgênero em situação de vulnerabilidade; mulher cisgênero em situação de vulnerabilidade; mulher membro da equipe técnica.

Os autores desse artigo reconhecem a importância do conceito de performatividade e da teoria *queer* (Butler, 2006) para etnografias entre travestis (Miskolci e Pelúcio, 2007; Pereira, 2015), porém decidimos adotar aqui perspectivas diversas, mais dedicadas ao consumo de drogas e ao trabalho coletivo. Então, como base teórica de nosso artigo, iremos nos valer de pesquisadores como Zinberg (1984) que sustentou que para entender a motivação de alguém para utilizar drogas, e como afeta o usuário, deve-se considerar o *setting* social; visto que certos contextos sociais possuem a capacidade de manter o uso de drogas sob controle através do desenvolvimento de sanções sociais, entre outros fatores. Grund (1993) sugere então que, além dos controles sociais informais discutidos por Zinberg, deve-se também levar em conta a estrutura de vida dos usuários; cuja forma e grau são resultado de atividades regulares, relacionamentos, compromissos, responsabilidades e ambições. Ainda iremos nos valer da noção de encontro focado em Goffman e Mcginnis (1961). Para os autores, o encontro focado envolve um foco visual e cognitivo único de atenção, que imerge os participantes em um ambiente capaz de intensificar a relevância mútua de seus atos, assim como de maximizar a oportunidade de cada participante perceber o monitoramento do outro sobre ele. Por último, iremos recorrer a ideia de retificação presente em Sennett (2019), em que partes de um objeto podem ser substituídas preservando a forma antiga; e de reconfiguração em que o objeto quebrado serve de oportunidade para criar algo diferente. Retificação e reconfiguração abrem espaço, por exigirem criatividade, para experiências sociais de caráter radical; geram novas formas de cooperação e preservam entre os participantes o sentimento de que são capazes e competentes.

Quanto aos aspectos éticos de nossa pesquisa é importante informar que não consideramos apropriado solicitar a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por tratarem-se de pessoas, em sua maioria, envolvidas em ao menos uma prática delituosa:

o consumo de uma droga ilícita, o crack. Concordamos com Macrae e Vidal (2006) ao salientarem as dificuldades éticas dos etnógrafos em pessoas cujas atividades incluem atos ilegais; para os autores termos de consentimento podem se tornar surreais nessas ocasiões. Nossa inserção no campo não poderia ter sido imposta, pelo motivo de a responsável pelo Coletivo não ter qualquer dívida conosco nem ter lhe sido oferecido qualquer vantagem, portanto nos encontrávamos sob as regras do Coletivo e nesse contexto podemos afirmar que os diálogos eram consentidos por definição (Oliveira, 1996). Algumas interlocutoras assinaram termo de autorização de uso de imagem por desejarem aparecer nos artigos e demais produtos de nossa pesquisa. As imagens em que pessoas aparecem com rosto borrado são devido a falta de assinatura do termo. Todos os nomes utilizados no artigo são fictícios, exceto o da coordenadora do CTS, a assistente social Carmen Lopes que é uma pessoa pública.

Resultados

O CTS se localiza na altura do número 85 da rua dos Protestantes, no bairro de Santa Ifigênia, São Paulo, no interior do território que abriga a Cracolândia desde meados dos anos 1990. A área mais concentrada da cena aberta de uso de crack, conhecida como “fluxo”, estava, até março de 2022, a 600 metros de distância do Coletivo, ou 6 minutos a pé. O “fluxo” foi posteriormente deslocado para a praça Princesa Isabel, passando então a se localizar, no momento em que escrevemos esse artigo, a 800 metros do CTS.

O Coletivo surgiu em meados de 2018, após o afastamento de sua coordenadora, a assistente social Carmen Lopes, do trabalho que vinha desenvolvendo na Cracolândia junto a prefeitura de São Paulo, desde o início do programa De Braços Abertos (DBA), ou seja, desde janeiro de 2014. O fim do DBA, em maio de 2017, foi acompanhado pela demissão em massa de suas trabalhadoras sociais e da saúde, mas o trabalho de Carmen não parou; ao lado do “fluxo”, na rua Helvetia, montou sua primeira iniciativa de autocuidado para mulheres cis e transgênero da Cracolândia (Alves e Pereira, 2019). Pouco depois, a ação iria se mudar para o Largo General Osório, a 180 metros de onde hoje se localiza o CTS. Uma outra atividade que Carmen organizou após ser desligada da prefeitura foi a oficina de produção de calcinhas, nela percebeu que “as mulheres ao costurar, rememoravam histórias da infância e de familiares” (Lima, 2021, p. 74); e dessa constatação surgiu a ideia de uma proposta de geração de renda para essas mulheres através da costura.

O CTS começou a produzir camisetas e sacolas a partir de retalhos de pano doados por uma empresa têxtil. O trabalho foi organizado em uma pequena oficina que ocupava todo um andar de um prédio abandonado localizado na rua dos Protestantes, nos fundos do terreno atual do

Coletivo. É um imóvel precário, em boa parte sem iluminação, sem parte elétrica ou hidráulica funcionando e faltando algumas paredes dos antigos cômodos, assim como o parapeito da escada. O edifício mal possui janelas ou um teto que abrigue o interior da chuva, vento, calor ou frio a depender da estação do ano.

Quando veio a pandemia da COVID-19, o CTS ocupava um container nos fundos do Teatro Mungunzá, local em que permanece até a elaboração deste artigo. O Teatro se credenciou junto a prefeitura para ser ponto de distribuição de marmitas durante a pandemia; as mulheres do CTS passaram a participar dessa distribuição, além de costurar e entregar máscaras para prevenção da doença. Na figura 1 o pesquisador distribui marmitas em frente ao Coletivo.

Figura 1.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Após essa breve explanação sobre os antecedentes do CTS, prévios ao início de nossa etnografia, iremos sintetizar os achados relevantes de nossa pesquisa.

A convivência diária

Ao iniciarmos nossa etnografia o CTS passava por um momento que podemos classificar como de transição entre um centro de convivência para um projeto de geração de renda. Os centros de convivência são equipamentos destinados à população em situação de rua, com apoio

psicológico, assistencial e atividades em grupo; são “espaços onde os indivíduos podem cuidar da própria higiene pessoal, descansar e receber um lanche. Além disto, são efetuadas visitas culturais ou institucionais, em grupo” (Serafino e Luz, 2015, p. 80).

Por não ter mais como manter o pagamento de um auxílio de 712 reais por mês às meninas, como geralmente eram chamadas as mulheres que participavam do Coletivo e como iremos nos referir às nossas interlocutoras daqui em diante, a coordenadora Carmen Lopes passou a exigir um maior compromisso com o trabalho, o que na prática significava cumprimento de horários e algumas atividades. As frases abaixo, ditas por Carmen em uma reunião durante o café da manhã e no primeiro dia de nossa incursão no campo, dão um pouco o sentido de urgência da situação que o CTS passava a viver.

A bolsa, gente, eu não sei o quanto eu vou pagar porque não sei o quanto eu vou ter. Eu não tenho condições de pagar 712 (reais). Aqui não é um programa, gente, do poder público. Não tem dinheiro do poder público. A gente não tem grana.

Motivada pela falta de financiamento, Carmen, em decisão conjunta com as demais técnicas do Coletivo, uma assistente social e duas auxiliares, passa a exigir o cumprimento de um horário de chegada ao trabalho às 8:00. Porém, chegar não significava na prática assumir um local em frente a máquina de costura e iniciar a produção, significava preparar o café. Antes de tudo, os dois containers que abrigam o Coletivo eram abertos, um deles, onde ficava o banheiro, a pia e uma pequena despensa, se localiza no nível do solo; o outro, com o dobro do tamanho e onde se localizava a oficina de costura, era acessado por uma escada, ficando logo acima do primeiro.

A preparação do café era feita por uma das meninas ou por uma das técnicas; e era comum que trouxessem pão, que não poucas vezes era dividido. As pessoas se sentavam sob uma pequena área coberta ou um pouco mais afastadas, ao ar livre. Carmen costumava aproveitar o momento para algum recado, pedido ou instrução; fora isso a conversa fluía animadamente com risos, por vezes altos, música e até alguns gritos animados. Apenas, aproximadamente, às 9:00, as meninas se dirigiam às suas atividades, horário cobrado por Carmen e pelas técnicas.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo CTS está a distribuição de refeições à população de rua da Cracolândia; e partir das 9:00 começavam a chegar as 400 marmitas distribuídas diariamente. Os fornecedores mudavam muito e cada um tinha seu cardápio diário. A qualidade podia variar significativamente entre os fornecedores e todas as refeições continham algum tipo de carne ou omelete; vinham em caixas de papelão ou geladeiras de isopor, que ficavam sob a guarda do Coletivo até o próximo dia, quando seriam devolvidas e substituídas por outras cheias. Eram geralmente 5 fornecedores diferentes, os isopores eram colocados sobre

4 mesas dispostas em frente ao portão de entrada do Coletivo; além disso os garfos e facas, fornecidos juntos com as marmitas, eram colocados em uma caixa. Quando havia máscaras produzidas pelo Coletivo, eram colocadas em outro recipiente para distribuição na hora do “rango”, meio dia. Uma longa fila começava a se formar a partir das 11:30, aproximadamente. A distribuição precisava da contribuição de várias pessoas: uma na repartição dos talheres de plástico; outra no álcool gel, que era administrado nas mãos de todos antes de receberem a marmita; duas pessoas entregando as marmitas; uma outra organizando a fila, impedindo que fosse furada; e uma ou duas outras retirando as marmitas dos isopores e entregando, geralmente de 5 em 5 unidades, à responsável pela distribuição. Acrescente a distribuidora de máscaras e por vezes de cobertores, quando havia disponíveis e se a temperatura descesse muito. Casos de pessoas que entravam várias vezes na fila eram comuns e administrados segundo suas particularidades, mas havia um princípio de que cada um deveria pegar apenas uma refeição. Um cesto de lixo também era colocado na rua, próximo ao portão, para receber as embalagens vazias. Após o término das 400 marmitas, o portão era rapidamente fechado e as participantes do CTS poderiam finalmente almoçar as refeições que haviam separado antecipadamente; em um processo em que uma menina verificava o conteúdo dos diferentes fornecedores, fazia um cardápio, perguntava a cada uma o que queria, anotava em um papel e levava as refeições, com o nome da dona anotado sobre a tampa da marmita, até uma mesa.

A imagem abaixo retrata um momento de descanso após o almoço. Vemos à esquerda um container com as duas portas abertas, onde se faz o café da manhã; acima dele está a oficina de costura. O container da direita é utilizado por outra iniciativa, o Paulestinos. Há uma mesa no centro com algumas marmitas que serão levadas para o jantar.

Figura 2.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Após o descanso do almoço, as meninas retornam ao trabalho que pode ser realizado tanto dentro da oficina quanto em uma área coberta localizada logo abaixo; e até mesmo mais afastado, debaixo da árvore em uma área cimentada ao lado do Teatro Mungunzá. Veremos agora como se trabalha no CTS.

As relações sociais em torno da oficina de costura

A oficina do CTS trabalha com três tipos distintos de máquinas de costura industriais: a reta, a overloque e a galoneira. Algumas informações a respeito da constituição, funcionamento e operação das máquinas se fazem necessárias para que possamos entender a complexidade do trabalho.

A máquina reta possibilita costurar com mais de uma linha por vez, o que dá mais agilidade e rapidez na costura; com duas linhas o trabalho é feito sem interrupções, enquanto uma linha costura a outra enche a bobina, de onde sai o fio em direção à agulha que o introduzirá no tecido. Para a linha chegar até a agulha é necessário percorrer um intrincado caminho com 12 pontos diferentes de passagem por toda máquina. Porém, é possível utilizar a linha que já está na máquina como guia para uma linha nova, de outro carretel, esse e outros “truques” são passados no dia a dia de trabalho. Alguns ajustes importantes têm de ser feitos antes de iniciar a costura, um dos mais importantes é o comprimento do ponto que pode variar de tecido para tecido. Aprender a trocar a agulha também é uma habilidade requerida da costureira, diferentes tecidos podem precisar de agulhas mais grossas ou mais finas. No trabalho com a máquina reta são utilizadas as duas mãos e as pernas. O pé-calcador, que segura o pano enquanto a agulha introduz e retira o fio, é constantemente levantado para liberar o corte do fio ao término de cada costura e é acionado empurrando uma alavanca com o joelho; e com os pés a costureira acelera ou diminui a velocidade da costura.

Na máquina overloque o processo para passar a linha do carretel até a agulha também é bastante intrincado, mas o pé-calcador é levantado por intermédio de um pedal e não com o joelho direito como no caso da máquina reta. A aceleração é feita por outro pedal, maior e mais à esquerda. A máquina galoneira pode utilizar até duas ou três agulhas; e passagem dos fios é igualmente complexa em comparação com a máquina reta e a overloque. A galoneira passa dois fios de máquina reta e um de overloque para costurar o viés ou galão que dá acabamento às peças de vestuário.

Dada a complexidade dos equipamentos de costura, nem todas as meninas eram operadoras de máquina. É fato que as máquinas não são igualmente difíceis de operar e, a grosso modo, podemos dizer que existe uma progressão no grau de dificuldade, que seria: reta,

overloque e galoneira. Portanto, os primeiros exercícios para iniciar na costura eram feitos na reta e consistiam em colocar a linha na agulha, costurar em linha reta sobre um retalho e, posteriormente, aprender a fazer o retrocesso. Para evitar que a costura se desfaça no início ou final do pano, a costureira deve aprender a retroceder o pano na máquina, para costurar uma segunda vez e em sentido contrário.

Os trabalhos mais complexos eram feitos por meninas com algum treino na costura, geralmente com antecedentes de trabalho na área, seja por histórico familiar, profissional ou ambos. Identificamos duas mulheres transgênero, Grazy, 30 anos de idade e Giovana, 40 anos, e uma cisgênero, Mc Docinho, 31 anos, com condição de assumir plenamente as atividades de costura. Porém, existe uma fase do trabalho que antecede a costura: o corte. Antes de subir para a oficina, o tecido precisava ser cortado, o que acontecia geralmente no piso térreo do CTS, sob a pequena área coberta em frente a cozinha ou ao ar livre. Dois cavaletes eram armados e uma madeira era colocada de modo a formar a mesa de corte. O trabalho era realizado com uma máquina de cortar tecido de 4 polegadas, capaz de trabalhar sobre vários tecidos ao mesmo tempo, o que encurtava muito o tempo necessário para produzir, por exemplo, uma grande quantidade de máscaras contra COVID-19. Outra peça fundamental para fazer o corte eram os moldes. Geralmente fornecidos por terceiros, os moldes dos moletons vieram de uma parceria com a loja de roupas C&A, eram colocados sobre os tecidos e riscados, ou seja, com uma caneta se contornava o molde sobre o tecido deixando uma marcação. Esse trabalho era feito por uma única mulher cisgênero, Edmara, 36 anos, e demandava atenção para não cometer erros, o que poderia causar a perda do tecido e até mesmo ferimentos nas mãos.

Nem as meninas ou as técnicas que trabalhavam no CTS quando de nossa etnografia recebiam salário ou qualquer tipo de bolsa por parte do Coletivo, o que as impelia a buscarem renda de outra forma. Uma das mulheres transgênero recebia bolsa do programa municipal Transcidadania, instituído pelo ex-prefeito Fernando Haddad (PT). São R\$ 1.272,60 para garantir que travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade concluam o ensino fundamental e médio. Caso diverso é o da mulher trans, Valéria, 34 anos, que se prostituía no período noturno, na região da Avenida Indianópolis, zona centro sul de São Paulo; outra, Adriane, 35 anos, trabalhava em casa de prostituição ou “privê” como se diz na cidade. Ambas declararam que o trabalho no CTS era uma oportunidade de aprender uma profissão e sair da prostituição. Das três técnicas, uma trabalhava em Organização Social que prestava serviço para a prefeitura e as outras duas nada recebiam pelo trabalho no Coletivo, estavam esperando conseguir algum financiamento para poderem ser remuneradas. Em conversa com a coordenadora nos foi dito que precisariam de 10 mil reais mensais para manter o projeto.

As atividades diárias eram determinadas pela coordenadora do Coletivo com auxílio das três técnicas, o que acontecia um pouco a contragosto de Carmen, que desejaria deixar essa função apenas para as técnicas e se dedicar exclusivamente a procurar financiamento para o CTS. Na prática, pela manhã, geralmente durante o café, as tarefas do dia eram distribuídas: quem iria trabalhar na costura, o que iria produzir; quem iria aprender a costurar; se haveria atividade de corte; e quem ficaria responsável por outra tarefa qualquer. Porque além da produção de peças novas nas máquinas de costura havia também a reforma de roupas doadas.

Os diferentes processos de produção envolvidos nos produtos fabricados pelo coletivo

O Coletivo recebia de algumas fábricas dois tipos de matérias primas: retalhos de tecido e peças danificadas, além de peças em bom estado. Os retalhos de tecido serviam para produção de camisetas nas máquinas overloque e galoneira. As peças danificadas possuíam orifícios de onde uma amostra de tecido teria sido retirada à máquina, segundo Carmen Lopes para que uma fábrica pudesse analisar e copiar o modelo da outra, nas palavras dela: “Na moda nada se cria, tudo se copia”. Essas peças eram guardadas em grandes caixas no edifício em ruínas onde o Coletivo começou, localizado atrás dos containers, onde o CTS está agora. Trazíamos essas caixas para baixo, percorrendo uns dois andares por escadas sem parapeito, e as colocávamos na área externa aos containers, na mesma mesa usada no corte. Da oficina eram trazidas agulhas, linhas, fitas, contas e miçangas dos mais variados tipos e sentávamos ao redor da mesa para costurar manualmente as miçangas e contas entorno dos orifícios das camisetas. As doações eram de peças danificadas, muitas vezes únicas, mas também tínhamos peças intactas e repetidas, mas cada peça saía dessa pequena oficina, montada em volta da mesa, diferente das outras.

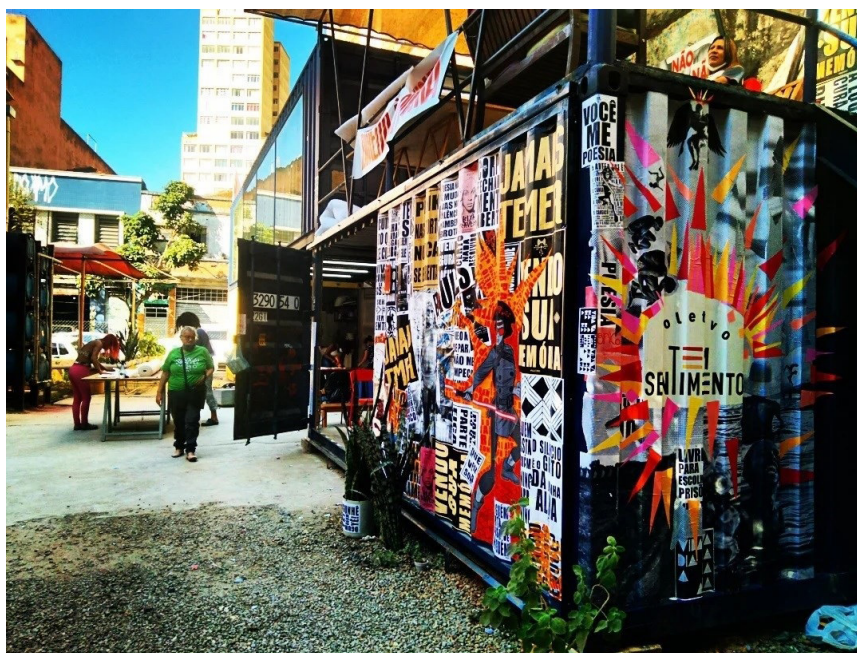
As doações de retalhos acabaram por gerar um estilo próprio de vestimenta do CTS, que compreendia: as camisetas de retalhos; as peças reformadas; os moletoms com detalhes; e as sacolas coloridas. Como todas essas peças são feitas com retalhos ou deles são acrescentadas, e como esses retalhos cortados pela Edmara visam o aproveitamento máximo do pano disponível, resulta que os retalhos são de tamanhos e formatos distintos uns dos outros. A variedade de formatos dos retalhos faz com que uma camiseta, feita a partir da junção dessas pequenas peças na overloque, nunca seja idêntica a outra. No caso dos casacos de moletom, o tecido adquirido no vasto comércio de tecidos do bairro do Bom Retiro é acrescentado de detalhes também provenientes de retalhos de tecidos conseguidos em doação pela coordenadora do Coletivo. Com a sacolas coloridas dá-se um processo parecido ao das camisetas, com a diferença que os tecidos são de cores diferentes, enquanto as camisetas costumam ser brancas.

As relações com o ambiente da Cracolândia

Além da distribuição de marmitas vale observar que a regulação e manutenção das máquinas era feita por um membro da comunidade boliviana de São Paulo, e a professora, Dona Sônia, contratada para ensinar técnicas de costura às meninas também era boliviana. O bairro do Bom Retiro, onde há grande concentração dessa comunidade (Cymbalista, 2007), é lindeiro ao bairro de Santa Efigênia, onde se localiza o CTS. Foi nessa vizinhança que acompanhamos, em algumas oportunidades, uma das técnicas do Coletivo para adquirir tecidos e aviamento.

A oficina do Coletivo, onde ficam suas máquinas, está apoiada sobre dois outros containers. A parte de trás da oficina está totalmente repousada sobre o container da cozinha do CTS, e a frente se apoia sobre o container ocupado pelo “colaborativo” Paulestinos, formado por dois artistas plásticos que trabalham com imagem e poesia sobre lambe-lambe. Na imagem abaixo, Dona Carmen caminha em direção a câmera, enquanto ao fundo e à esquerda, Edmara corta, com o auxílio da travesti Fani, 25 anos, tecido de moletom proveniente de um grande rolo, colocado do outro lado da mesa de corte. O container dos Paulestinos está com a porta frontal, aquela virada para a cozinha do CTS, aberta, assim como a porta lateral, que havia sido feita dias antes dessa fotografia; as pinturas que decoram o container são os lambe-lambe produzidos pela dupla e impressos numa máquina plotter, instalada em seu interior.

Figura 3



Fonte: página dos Paulestinos no Facebook. <https://www.facebook.com/557141114327460/photos/a.3014817081893172/5901061383268713/>

Os Paulestinos não são a única iniciativa artística com quem o CTS se relaciona. Desde meados de 2020, dezenas de artistas somaram esforços na arrecadação de fundos emergenciais para enfrentamento dos efeitos mais duros da pandemia da COVID-19 sobre a Cracolândia. Reunidos em torno do que passou a se chamar Birico buscaram comercializar obras de arte pela internet, a preços módicos, no intuito de fazer caixa para auxiliar financeiramente pessoas do território. Metade do valor angariado foi dividido entre os próprios artistas, a outra serviu para auxiliar pessoas do local, próximas aos artistas, que necessitavam sair da situação de rua; iniciativas de redução de danos, como a distribuição de piteiras de silicone aos usuários de crack; e também para adquirir os containers que abrigam o CTS.

A participação no Coletivo e o consumo do crack e álcool

Uma mulher participar do CTS significa interagir com outras em um ambiente de trabalho, assim não é permitido chegar “colocada” de manhã cedo para trabalhar, seja pelo uso do crack ou do álcool. Veremos cinco casos que ilustram essa característica do trabalho no Coletivo.

O primeiro é de Vaninha, uma mulher cisgênero com cerca de 30 anos de idade que habitava o “fluxo”. Vaninha deixou de comparecer ao trabalho por dias seguidos e era vista na Cracolândia, abrigada em malocas, na companhia de homens, usando crack e álcool. Logo que Dona Carmen fez as mudanças, no início de nossa etnografia, voltando o CTS mais ao trabalho e à geração de renda, Vaninha foi afastada. A justificativa dada foi que não seria mais possível permanecer no Coletivo sem ser capaz de cumprir horários e trabalhar. Nas palavras da técnica Maura, 50 anos, vemos que o consumo do álcool é apontado como principal causador do absenteísmo:

Não é nem porque ela perdeu o lugar para morar. Ela não estava conseguindo vir pra cá. Quando ela bebe demais, ela chegava a ficar 3, 4 dias fora daqui; uma semana e não dá. A Edmara veio no mesmo esquema (com lugar para morar, mas tendo perdido em seguida e ficando na rua) e a Edmara está aqui. Ela (Vaninha) poderia ter continuado aqui, só que não deu. Quando ela bebe é estrago, ela não dá conta.

Mesmo sem saber costurar, o trabalho de Vaninha e seu compromisso com o CTS é reconhecido por Maura. O motivo de seu afastamento não está ligado diretamente ao cumprimento de tarefas, habilidade ou comportamento.

Ela (Vaninha) é o tipo de pessoa que mesmo não sabendo costurar, quando pede alguma coisa ela pega e faz. Não fica questionando. Quando ela termina de fazer, ela volta e pergunta se tem mais alguma coisa pra fazer. Ela tem iniciativa, tem boa vontade. Mas não deu pra segurar.

O segundo caso é o de Ana Moranah, travesti, 23 anos, que deixou de frequentar o Coletivo. Embora tivesse experiência prévia com costura não demonstrou interesse em cumprir os horários e tarefas cotidianas na oficina de costura e desistiu de comparecer, preferindo permanecer no “fluxo” fazendo uso de crack.

O terceiro caso é da travesti Valéria, 34 anos, que para enfrentar o frio e perigos do trabalho como prostituta fazia uso de álcool, chegando a comparecer no Coletivo “colocada” e a ser desligada, para no dia seguinte voltar a se apresentar para o trabalho e ser readmitida. Valéria não possuía habilidades de costura, mesmo assim quis permanecer e desempenhar atividades mais simples ligadas a reforma de roupas doadas.

O quarto é de Yara, travesti com 29 anos de idade que dormia nas proximidades da praça da Luz, um pouco afastada do “fluxo”. Yara possuía experiência com costura e gostava de trabalhar no Coletivo, dormia com seu companheiro em uma maloca, como são chamadas as moradias improvisadas nas calçadas de São Paulo. Yasmim “se colocava” usando crack, mas apenas nos finais de semana para não atrapalhar sua rotina de trabalho.

O quinto e último caso é de Edmara, mulher cisgênero com 34 anos, que havia perdido seu quarto em uma pensão na região da Cracolândia e estava residindo em uma maloca na praça Princesa Isabel. Edmara prosseguia fazendo uso do crack regularmente, sem ter muitos problemas com absenteísmo. Sofria, por vezes, violência física de seu companheiro, com quem dividia seus aposentos acompanhada pela filha de 10 anos de idade. A criança frequentava o CTS em bases diárias e após o término de nossa etnografia, mãe e filha voltaram a morar numa pensão próxima a Cracolândia, com o aluguel pago por um dos dois participantes do Paulestinos; e com dinheiro proveniente do Birico, do qual a dupla faz parte.

Não era apenas pelo desempenho no trabalho que as meninas poderiam permanecer ou não no CTS, mas também pela preocupação com a manutenção de um ambiente propício à boa convivência. As declarações da técnica Maura reproduzidas abaixo discorrem sobre as dificuldades em lidar com a “colocação”, ato de beber e consumir drogas, antes de chegar no Coletivo.

Ela (Vaninha) fica fora uma semana, dez dias, com um monte de gente querendo vir pra cá; e também não é justo com quem está aqui. Se for ver a grande maioria que está aqui tem problema com vício também.

(Quando alguém aparece colocada) acaba acionando vários gatilhos nas pessoas. E a gente tem que administrar isso, tentar segurar a onda de quem está colocada, mandar voltar. Você entendeu, tirar daqui de dentro. As outras ficam olhando toda aquela situação.

Ao concluirmos a redação desse artigo Vaninha havia sido reincorporada ao CTS. Além dela, chegamos a manter interlocução com uma travesti que não se envolvia nas atividades de costura, mas frequentava regularmente o Coletivo e chegava constantemente “colocada”. Enrica, 31 anos, consumia álcool, gritava e fazia ameaças, causando preocupação e até algum temor nas técnicas e em algumas das meninas. No momento em que escrevemos esse artigo, Enrica também permanece frequentando o Coletivo.

Discussão

Nessa seção apresentamos os achados tidos como mais relevantes em nossa pesquisa, para que a possamos avalia-la criticamente em suas limitações e aspectos positivos; em seguida procuramos comparar nosso trabalho com a literatura, e passamos à interpretação de nossos achados.

Localizado próximo ao “fluxo”, o CTS provê às mulheres cis e transgênero que dele participam um cotidiano estruturado em torno de atividades rotineiras: chegar em certo horário; fazer e tomar café da manhã conversando; trabalhar na costura; preparar e distribuir as refeições para a população de rua; almoçar e descansar; retorno ao trabalho, café da tarde e despedida. Dada a complexidade dos equipamentos de costura nem todas as mulheres, ou meninas como são chamadas no dia a dia, operam as máquinas reta, overloque e galoneira, que possuem graus diferentes de dificuldade de operação. Há, portanto, um viés de aprendizado, uma expectativa de aprender uma profissão no ramo da costura, tanto porque o CTS não possui meios de pagar uma bolsa mensal para as meninas. Ao aprendizado se soma a criatividade requerida pelo tipo de trabalho ali desenvolvido. Como o Coletivo vive de doações de retalhos e peças danificadas acabou por gerar um estilo próprio de vestimenta e acessórios: as camisetas de retalhos; as peças reformadas; os moletons com detalhes; e as sacolas coloridas. O imperativo de aproveitar ao máximo os retalhos leva ao corte de pedaços de tamanhos e formatos diferentes uns dos outros, nenhuma peça é idêntica a outra.

A produção de vestuário não ocorre alheia a Cracolândia, mas de certa forma integrada à região. Por se localizar no terreno do Teatro Mungunzá, o CTS se responsabilizou pela distribuição de 400 marmitas diárias, oriundas de contrato do teatro com a prefeitura. As meninas têm, portanto, contato diário com as pessoas vulneráveis que se valem desse serviço para terem acesso a alimentação. O Coletivo também se vale dos serviços de manutenção das máquinas e de aprendizado na costura fornecidos por membros da comunidade boliviana, presente no território. O terreno utilizado pelo teatro também abriga o “colaborativo” Paulestinos, formado por dois artistas plásticos que trabalham com imagem e poesia sobre

lambe-lambe; que também atuam no Birico, onde buscam comercializar obras de arte pela internet, no intuito de auxiliar financeiramente pessoas do território, inclusive do Coletivo.

Por trabalhar em um coletivo voltado à geração de renda, estar em contato com pessoas vulneráveis e também com artistas locais e outras pessoas não necessariamente envolvidas com o consumo de crack, como os bolivianos e os artistas, as mulheres não podem chegar “colocadas” para trabalhar. Há uma preocupação por parte da assistente social que coordena o Coletivo e das outras três mulheres, ou técnicas, que a auxiliam em manter um ambiente propício à boa convivência.

Os relatos colhidos durante nossa etnografia nos permitiram descrever muito brevemente algumas das atividades desenvolvidas no CTS, como o corte, a costura e a distribuição de marmitas; dar uma ideia do cotidiano vivido por aquelas mulheres; alguns valores compartilhados como a assiduidade e boa convivência. O fato do pesquisador ser homem cisgênero, heterossexual, casado e com idade igual a da técnica mais velha do Coletivo certamente enquadrou os assuntos que poderiam ser tratados por aquelas mulheres com um etnógrafo com essas características. O tempo de imersão no campo de um mês também não permitiu verificar as possíveis sazonalidades, dadas, por exemplo, pelas diferentes estações do ano e o vestuário correspondente. Mesmo assim, pelo que dizem nossas interlocutoras, o material por nós colhido é até o momento o mais vasto entre as pesquisas acadêmicas desenvolvidas naquele local.

O CTS se encontra imerso entre as conexões (Frúgoli Jr e Cavalcanti, 2013) existentes na Cracolândia, território que atrai (Rui, 2014), nesse caso, técnico e professora boliviana, artistas, doações e pessoas em vulnerabilidade na hora do “rango”. As meninas consomem marmita e fabricam roupas como parte de sua própria estratégia cotidiana de sobrevivência, como fazem outros naquele território (Fromm, 2017); ao mesmo tempo em que essas mulheres estabelecem relações entre si (Alves e Pereira, 2021), de ajuda mútua, de trabalho e conversa, o que torna o espaço do Coletivo habitável.

Se o CTS está imerso nas conexões existentes na Cracolândia é porque se abre para fora, distribui alimentos e cobertores para as pessoas vulneráveis do território que atrai (Rui, 2014), além de máscaras (Nogueira, 2021), produzidas pelo próprio coletivo; e essa produção obriga voltar-se para dentro. O movimento para dentro faz com que em seu interior ocorram dois movimentos importantes: 1) novos vínculos sejam formados; e 2) parcela do mundo externo é deixada do lado de fora. O Coletivo se torna um espaço protegido da droga que oferece qualificação profissional através das atividades que desenvolve em torno da costura, como no caso das máscaras; lembrando com Almeida, Santos, Brito, Silva e Nappo (2018) que espaço

protegido e qualificação profissional podem estar ligados ao sucesso no abandono do consumo prejudicial de crack.

Participar do CTS é estar sujeita a valores e regras de conduta, sanções sociais nos termos de Zinberg (1984), que definem se e como uma droga em particular deve ser usada. A máxima “tirar daqui de dentro quem está colocada”, que podemos inferir da fala da técnica Maura, impõe um freio ao consumo de crack e álcool por parte das meninas. Nesse sentido, a rotina de atividades narradas no artigo, que preenchem o cotidiano com atividades voltadas às pessoas do entorno do Coletivo, como a distribuição de marmitas; os diferentes tipos de trabalho no corte e costura; as conversas e momentos de descontração estruturam a vida daquelas mulheres (Grund, 1993), o que também pode contribuir para o autocontrole do uso de crack e álcool. No CTS, chegar colocada para trabalhar, como no caso de Valéria, ou sob efeito de álcool para apenas conversar, como fazia Enrica, constitui evento relevante, atrai a atenção (Goffman e McGinnis, 1961) das outras meninas e obriga a tomada de atitude por parte das técnicas; a pessoa é admoestada e até afastada, podendo chegar até a situação vivida por Yara que reservou os finais de semana para se colocar. Yara seria, portanto, um exemplo de sucesso no trato do CTS com o consumo de crack, mas o caso de Valéria também nos chama particularmente a atenção. Para escapar da prostituição, Valéria, mesmo sem qualquer habilidade em costura e tendo lapsos de consumo de álcool, era dirigida para trabalhos de reconfiguração (Sennett, 2019) de roupas doadas, através do acréscimo de lantejoulas e retalhos. Sua busca por autonomia fora da prostituição parece ser reconhecida e recompensada.

Conclusão

Podemos afirmar que, segundo os resultados obtidos em nossa etnografia, para as mulheres cis e transgênero em situação de vulnerabilidade com quem tivemos interlocução, participar do Coletivo Tem Sentimento proporciona um cotidiano estruturado em torno de atividades de trabalho e descanso, no interior de um ambiente avesso à permanência de pessoas sob efeito de crack e álcool; o que pode ter influência positiva no controle do uso dessas substâncias, fazendo com que esse uso possa ser enquadrado em momentos que não atrapalhem a presença no Coletivo, como nos finais de semana.

Os resultados obtidos na pesquisa não permitem sua generalização para outras mulheres cis e transgênero nem para outras iniciativas voltadas à geração de renda, mas sugerem a importância de estudos mais profundos.

Referências

- Almeida, R. B. F. D., Santos, N. T. V., Brito, A. M. D., Silva, K. S. D. B., e Nappo, S. A. (2018). O tratamento da dependência na perspectiva das pessoas que fazem uso de crack. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 22, 745-756.
- Alves, Y. D. D., e Pereira, P. P. G. (2019). *Sob fogo cruzado: antecedentes, construção e desmonte do programa De Braços Abertos na Cracolândia paulistana*. Salvador: EDUFBA.
- Alves, Y. D. D., e Pereira, P. P. G. (2020). Da guerra às drogas à guerra ao vírus: necropolítica e resistência na Cracolândia. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, 29(supl), 319-328.
- Alves, Y. D. D., e Pereira, P. P. G. (2021). Interações, trilhas e caminhos de uma cidade em fluxo: etnografia na Cracolândia. *Revista de Antropologia*, 64(1). <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184481>
- Alves, Y. D. D., Pereira, P. P. G., e De Freitas Silva, E. (2020). Aspectos relevantes da cultura do crack para a transmissão da COVID-19 entre consumidores da droga e possíveis meios de prevenção. *Capim Dourado: Diálogos em Extensão*, 3(2), 101-127.
- Amorim, S. M. G., Vieira, F. de S., e Brancaloni, A. P. (2013). Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. *Saúde em Debate*, 37, 525-535.
- Antunes, P. P. S. (2011). Quais condições de moradia algumas travestis têm encontrado ao longo da vida? *Revista Longevidade*, (16), 38-54.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- Carnevale, M. F. (2021). *Vizinhança: a palavra como território de coexistência*. (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Cymbalista, R. (2007). A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole*, (17), 119-133.
- De Souza, E. K. (2010). Quando algumas travestis esbarram na dependência química: caminhos e espaços para o tratamento. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- De Souza, M. H. T., Signorelli, M., Martin, D., e Pereira, P. P. G. (2014). Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 2277-2286.
- Ferreira Jr, S., Francisco, P. M. S. B., e Nogueira, P. A. (2016). Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/AIDS na cidade de São Paulo. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 40, 410-417.
- Fromm, D. (2017). Percursos e refúgios urbanos. Notas sobre a circulação de usuários de crack pela trama institucional da Cracolândia de São Paulo. *Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, (21), 1-15. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3604>
- Frúgoli Jr, H., e Cavalcanti, M. (2013). Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, 38(2), 73-97.
- Garcia, M. R. V. (2007). *Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Garcia, M. R. V. (2008). Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 241-256.
- Goffman, E., e McGinnis, R. (1961). *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianápolis: The Bobbs-Merrill.
- Grinnell, R. M. (1997). *Social work research & evaluation: quantitative and qualitative approaches*. Itasca: E. E. Peacock Publishers.
- Grund, J.-P. C. (1993). *Drug use as a social Ritual: Functionality, symbolism and determinants of self-regulation*. Rotterdam: Institute Voor Verslavingsonderzoek, Erasmus Universiteit.

- Jacopini, J. R. (2021). Teatro Horizontal: íntima atração ética e estética. *Pitágoras* 500, 11(1), 101-113.
- Lima, L. S. (2021). *As mulheres “do” fluxo: um estudo etnográfico na Cracolândia*. (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo).
- Lofland, J., e Lofland, L. H. (1995). *Analyzing social settings: a guide to qualitative observation and analysis*. Belmont: Wadsworth Publishing-University of California.
- Macrae, E., e Vidal, S. S. (2006). A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. *Revista de Antropologia*, 49(2), 645-666.
- Malheiro, L. S. B. (2019). *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador de Bahia).
- Marangoni, S. R., e De Oliveira, M. L. F. (2012). Uso de crack por múltipara em vulnerabilidade social: história de vida. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 11(1), 166-172.
- Martins, R. C. R. (2021). *Fazer nada? como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios*. (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Medeiros, K. T., Maciel, S. C., Sousa, P. F. D., e Vieira, G. L. S. (2015). Vivências e representações sobre o crack: um estudo com mulheres usuárias. *Psico-USF*, 20, 517-528.
- Miskolci, R., e Pelúcio, L. (2007). Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Revista Gênero*, 7(2), 257-269.
- Nasser, M. M. S. (2018). Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, 24, 243-270.
- Nogueira, P. V. D. F. (2021). *Profissionais da saúde e militantes na Cracolândia paulistana: uma etnografia*. (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Oliveira, R. C. de. (1996). O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, 39(1), 13-37.
- Passos, A. D. C., e Figueiredo, J. F. de C. (2004). Fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis entre prostitutas e travestis de Ribeirão Preto (SP), Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 16(2), 95-101.
- Pereira, P. P. G. (2015). Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 5(2), 411-411.
- Ramos, L. G. (2020). *Musealidade e Território: uma metodologia de curadoria colaborativa para o Memorial da Resistência de São Paulo*. (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Rui, T. (2014). Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde e Sociedade*, 23, 91-104.
- Sennett, R. (2019). *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Serafino, I., e Luz, L. C. X. (2015). Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Revista Katálysis*, 18(1), 74-85.
- Silva, S. L. D. (2000). *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. (Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Zinberg, N. E. (1984). *Drug, Set and Setting: The Basis for Controlled Intoxicant Use*. Londres: Yale University Press.